

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA AQUISIÇÃO E/OU PORTE DE ARMA DE FOGO

TÊMIS NELLIE TARGINO DE OLIVEIRA

Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN
Endereço: Rua Pref. Eliane Barros, Nº2000, Tirol. Natal/RN. Cep: 59014-540
Email: temisnellie@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre o tema “Avaliação Psicológica para Aquisição e/ou Porte de Arma de Fogo”, relatando parte de minha experiência pessoal, após atuação como profissional credenciada pela Polícia Federal na prestação de serviço em avaliação psicológica para porte e/ou aquisição de arma de fogo. Ao falar em “Avaliação Psicológica para Aquisição e/ou Porte de Arma de Fogo”, percebe-se a necessidade da Teoria Psicológica, exercendo caráter impulsionador ou direcionador da observação do comportamento, apresentando conhecimentos que aprofundam as relações entre caráter e temperamentos observáveis, instrumentos usados, técnica, diagnóstico e sociedade. Tratar sobre o tema violência, assunto bastante recorrente nos dias atuais, nos faz traçar um paralelo com o uso das armas de fogo, questionando se serão elas as culpadas por todos os problemas existentes na sociedade atual. Dessa forma, elencamos dados sobre o uso das armas de fogo e da violência no Brasil e em parte do mundo, fazendo considerações sobre seu uso e a aquisição desse instrumento para alguns profissionais, como também, sobre o aspecto que se vincula a avaliação psicológica. Pois o ser humano não é redutível a uma avaliação ou resultados de testes.

Palavras-chave: Porte de Arma de Fogo, Avaliação Psicológica, Violência.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss about "Psychological evaluation for acquisition and or having fire gun" which is a description of my personal experience as a professional working for the Federal Police to evaluate people who have a fire gun or are about to acquire one. To talk about this theme it was noticed that it is necessary to use Psychology Theory influencing the character or directing the behavior of people, presenting deep knowledge of the relationship between character, observational temper, tools used, technique, diagnosis and society. To treat the topic violence, a frequent theme nowadays, help us to make a parallel between violence and the use of fire gun, raising the question if this relation is responsible for part of the problems that society is facing nowadays. Therefore, we collected data about the use of fire guns and violence in Brazil as well as in other parts of the world, making

considerations about how they are used and acquired for some professionals and also studying some features related to the psychological evaluation. One should note that Human Being can not be evaluate or only discriminate through tests results.

Keywords: Having a Fire Gun, Psychological Evaluation, Violence.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a atuação dos psicólogos credenciados pela Polícia Federal cujo propósito é realizar avaliação psicológica para porte e/ou aquisição de arma de fogo. Nessa perspectiva, objetiva-se mostrar além das atividades do psicólogo em estabelecer critérios para definição do perfil psicológico do candidato apto ou inapto à aquisição e/ou porte de arma de fogo.

Pretende-se refletir sobre a importância do laudo e sobre a violência dos sujeitos em nossa sociedade, situando-o frente a seu agente, pois se o homem agride a seu próximo, muitas vezes, levando-o a óbito, considera-se que traz parte dessa influência do meio que o cerca, pois entendemos que o meio transforma o homem e é por ele influenciado e transformado.

Foram utilizadas referências encontradas em sites de pesquisa científicas, apostilas avulsas, bibliografias, artigos, todos citados nas referências deste trabalho que elucidassem o nosso tema.

A pretensão não é de esgotar esse tema, mas de demonstrar que a violência presente na nossa sociedade não é culpa dos meios, ou melhor, das armas, porém o homem, agente muitas vezes violento, comete crimes influenciados pelas circunstâncias estabelecidas na sociedade em que vive, sendo um fator social.

DEFININDO AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Avaliação Psicológica consiste em um processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos e, para isto, são utilizados vários métodos, técnicas e instrumentos. Dentre eles, encontram-se teorias e testes

psicológicos que têm por objetivo descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos.

O cidadão civil ou militar que adquire e/ou porta arma de fogo de maneira legal ou ilegal precisa de educação, orientação psicológica e treinamento, de maneira acessível, sejam em cursos especializados, consultórios de psicologia, escolas, e principalmente, que se faça uma Avaliação Psicológica, para que este indivíduo possa avaliar o seu perfil psicológico e vir agir de forma equilibrada, mantendo um autocontrole diante de situações adversas do cotidiano. Assim, concordo com Primi (2003), ao citar que:

A avaliação psicológica é geralmente entendida como uma área aplicada, técnica, de produção de instrumentos para o psicólogo, visão certamente simplista da área. A avaliação psicológica não é simplesmente uma área técnica produtora de ferramentas profissionais, mas sim a área da psicologia responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis... Ela permite que as teorias possam ser testadas, eventualmente aprimoradas, contribuindo para a evolução do conhecimento na psicologia. Portanto, a avaliação na psicologia é uma área fundamental de integração entre a ciência e a profissão. Disso decorre que o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas, sobretudo das teorias explicativas do funcionamento psicológico (PRIMI, 2003, p. 68).

A Vegetoterapia Caracteroanalítica, abordagem terapêutica inserida na orgonomia, assim sendo, uma teoria energética onde se confirma a integração entre a ciência e a profissão, na utilização do teste, P.M.K. (Psicodiagnóstico Miocinético), como uma manifestação muscular/energética observável, verificam-se na prática tendências constitucionais do indivíduo e suas atitudes atuais. É um dos relevantes testes de personalidade utilizados para Avaliação psicológica.

Vegetoterapia Caracteroanalítica, é uma ciência que estuda e trabalha com a energia orgone. Esta teoria surgiu através do médico vienense, Wilhelm Reich (1897–1957), este foi aluno e colaborador de Freud. Rompeu com a psicanálise e criou sua própria escola, tendo sempre como princípio básico que mente e corpo se influenciam mutuamente.

Reich (1975) continuou uma série de pesquisas posteriormente que mostra a existência de uma energia não só dentro como também fora do organismo, a qual denominou orgone. Então a Orgonomia é uma abordagem humana que busca compreender todo ser vivo como uma unidade de energia que contém em si dois processos paralelos: o psiquismo (mente) e o soma (corpo) (VOLPI, 2003, p.11).

Reich substituiu a análise do sintoma pela análise do caráter, com isso objetivou com essa técnica analisar e isolar as atitudes de uma pessoa. Foi o trabalho sistemático com análise do caráter que o levou a perceber a íntima relação mente-corpo e descobriu que toda couraça psíquica possui um equivalente somático, uma couraça muscular. A couraça muscular é formada por tensões crônicas decorrentes de experiências traumáticas ao longo da vida, cuja função é proteger o indivíduo.

Segundo Navarro (1995), que desenvolveu a metodologia psicoterápica da Vegetoterapia Caracteroanalítica:

o ser vivo é dotado de uma carga energética que tem uma circulação pulsante e um metabolismo próprio que tende ao equilíbrio. O equilíbrio se expressa através dos ritmos biológicos naturais que são facilmente perturbados por fatores externos. Do ponto de vista neuropsicológico deve-se dizer que cada estímulo sensorial determina uma percepção, que pode ser gratificante ou frustrante, e para qual haverá uma resposta parassimpática ou simpática. Essa resposta é vinculada pela circulação sanguínea, cuja cota energética está ligada não somente aos glóbulos vermelhos e aos hormônios, mas, sobretudo, aos íons plasmáticos, que possuem uma energética específica (NAVARRO, 1995, p. 26).

Em função da qualidade e da quantidade do estímulo a resposta que vem de dentro se exterioriza: classificada como emoção. A emoção se reprime ou se exprime, assim é responsável pelo comportamento. Ela se traduz pela contração ou relaxamento muscular, o bebê se defende do excesso ou falta das vibrações energéticas experienciado no seu desenvolvimento, nas fases intra-uterinas, neo-natal, amamentação, no controle dos esfíncteres, etc., ou seja, no decorrer da sua existência, assim a resposta de seu comportamento poderá estar ligada ao período vivenciado por este indivíduo, quanto a carga energética recebida a qual denota em, prazer-angústia, elação-depressão, extratensão-intratensão, impulsividade-rigidez. As situações de estresse na vida embrionária atingem os genes, principalmente a pele, o aparelho auditivo e o circulatório. A memória emocional está ancorada no aparelho neuromuscular, enquanto a memória intelectual está ligada a própria célula nervosa.

Contudo, a Vegetoterapia Caracteroanalítica é uma metodologia terapêutica que atua no sistema neurovegetativo. A ação no sistema neurovegetativo é exercida sobre o temperamento e a caracterialidade interfere nas tensões musculares produzidas por bloqueios

da energia vital. É, portanto, uma teoria que só corrobora com a aplicação dos testes de personalidade escolhidos na observação dos traços de comportamento endógenos e exógenos, em um diagnóstico favorável ou não, na Avaliação Psicológica para aquisição e/ou porte de arma de fogo.

Mira y Lopes, espanhol, formou-se em Medicina na colônia espanhola, Santiago de Cuba e em 1917 na cidade de Barcelona (Espanha). Em 1936 deparou-se com problema da seleção Psicotécnica de Pilotos Espanhóis, onde construiu o “Axistereômetro”, aparelho para mensurar a sensibilidade muscular, meio para detectar o grau de capacitação individual para orientar-se no espaço sem controle visual. Em 1939, trabalhando na Inglaterra, realiza avanço decisivo no processo de construção do P.M.K. como teste psicológico. A idéia do Axistereômetro converteu-se numa prova de lápis e papel, numa forma mais simples, ora administrada nos seus clientes do hospital psiquiátrico. Só em 1942 é que foi difundida a sigla P.M.K. P= psicodiagnóstico; M=(MIO) músculo e K=(kinético) movimento. Somente em 1948, período de grande expansão em vários países, como Estados Unidos, França, Portugal, Bolívia inclusive Brasil, foi padronizado no Rio de Janeiro, estendendo-se a São Paulo, Recife, Minas Gerais e outros. Atualmente, centenas de autores têm publicado trabalhos a respeito do teste.

Pereira (2004) descreve alguns princípios que considera importantes para compreender o teste P.M.K, a saber:

Este teste baseia-se na Teoria Motriz da Consciência e do Caráter, ou seja, toda e qualquer atividade mental acompanha-se de movimentos musculares, segundo a qual a hipótese da dinâmica da vida pessoal é consubstancial às variações do Tônus Muscular. Seus princípios fundamentais se baseiam na ideia de que diversos grupos musculares respondam a influência de atitudes psicológicas e que, as expressões motoras da parte mais evoluída do corpo revelam as atitudes e os propósitos do caráter.

O Tônus contrátil de reforço, o termo tônus ou tono é equivalente ao nível de tensão muscular que indica sempre uma polaridade entre dois extremos: contração e relaxamento. Na execução do PMK, sem controle visual, colocamos em estudo o tônus postural e o atitudinal involuntário que se manifestará nos diferentes vetores do espaço. Experiências de Magnus distingue o tônus muscular estático (postural e contrátil) e o tônus muscular dinâmico (emocional e ativo).

O Princípio da Dissociação Miocinética, este postulado afirma que existem diferenças entre os dois hemisférios cerebrais. A metade dominada é menos desenvolvida do que a metade dominante, encontrando-se esta última mais diretamente submetida às flutuações tensionais da consciência individual (PEREIRA, 2004, p. 2).

O princípio da Miokenesis no espaço – postula que o espaço psicológico não é neutro. Todos os movimentos que requerem uma contração muscular

constituem um processo intraorgânico. E o movimento é uma função das relações entre o indivíduo e seu mundo, expressando um significado.

O princípio técnico do PMK – derivado dos princípios anteriores postula que se solicitarmos ao indivíduo que execute movimentos oscilatórios nas diversas coordenadas do espaço, sem permitir controlar a extensão e a direção pela visão, obteremos desvios sistemáticos de acordo com o grupo muscular predominante (PEREIRA, 2004, p. 3).

Assim, o P.M.K é um teste gráfico, que atinge várias faixas etárias (crianças a partir dos 6 anos, adolescentes, adultos e pessoas idosas); níveis culturais diversos (analfabeto ao superior) que consiste no diagnóstico de distúrbios de personalidade, na qual se apresentam as manifestações emocionais, como: tendência a depressão, excitabilidade, agressividade e impulsividade, a partir de representações gráficas de movimentos dos músculos, adutores-abdutores, elevadores-depressores, flexores-extensores.

Lima (2008), sinaliza ao falar sobre os testes que:

Há uma relevante diferença entre os dois hemisférios cerebrais. A metade corporal **dominante** se encontra mais evoluída e instável por estar ligada diretamente as flutuações tensionais da consciência (manifesta a atitudes e propósitos atuais e caracteriológicos). A metade corporal **não dominante** liga inconsciente, expressa os propósitos e atitudes instintivos, temperamentais, subconscientes até certo ponto permanentes (quase igual da infância até a velhice), porém latentes (LIMA, 2008, p. 6).

Desta forma, podemos ainda verificar o grau da coerência intrapsíquica do indivíduo, como também, obter um esquema característico das tendências fundamentais de reação, do examinando constituintes de suas peculiaridades temperamentais e caracteriológicas; ainda referenciando o autor acima citado descreveremos que:

O Valor da **Agressividade**, ou seja, força propulsora que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio pessoal diante de qualquer situação. – heteroagressividade: quando mais combativo, construtivo, útil. – autoagressividade: indivíduo mais dependente, passivo, submisso, calmo, com dificuldade para tomar decisões. **Dimensão Tensional**, ou seja, energia química cerebral. Com Excitação: há uma liberação espontânea onde o indivíduo reage de maneira desmedida ou exagerada nas atitudes e/ou atividades – Com Inibição: sente reação que o limita, que o bloqueia ou que lhe determina medo na realização de suas atividades. **Tônus Vital**, ou seja,

nível de energia vital disponível e circulante em certo momento da vida capaz de ser liberada ante qualquer situação ou emergência – **Elação**: indivíduo com necessidade de ação, as atividades se multiplicam e sua disposição é eufórica, animada e otimista. – **Depressão**: sujeito que sente fadiga, astenia, pessimismo, sendo indolente para ação (insensível, apático, preguiçoso, ocioso, negligente. Grau de **emotividade** – É a reação de emergência que se produz quando o organismo não tem pautas pré-estabelecidas para reagir normalmente a uma situação, revelando-se como falha no sistema adaptativo do sujeito. Quando se expressa no constitucional mostra nível de maturidade emocional; quando aparece no reacional indicará seu autocontrole, momento transitório de seu possível desajuste emocional ou até presença de traumas e pressões emocionais; **Reação Vivencial** – Relação com o meio ambiente. Energia psíquica dirigida para fora ou dentro mostrada por suas atitudes – **Extratensão**: pessoa expansiva, comunicativa, generosa, dirigindo seus pensamentos para o mundo exterior, reage aos estímulos e atitude de acolher o outro. – **Intratensão**: tendência a reflexões, a ruminação de ideias. Contato ponderado, controlador. Existência de situações conflitivas, ansiedade ou elementos patológicos. Também possibilita apreciar o grau de inteligência através da pressão dos traçados, regularidade e perfeição na execução de configurações complexas (PEREIRA 2004, p. 80).

A avaliação Psicológica cresceu muito nos últimos 20 anos, temos percebido pela imensidão de artigos escritos sobre o assunto, uns contra e outros a favor da avaliação psicológica, mas a literatura tem apontado que as práticas mais competentes e eticamente compromissadas são aquelas que se utilizam de todos os recursos disponíveis (abordagem multimétodo com instrumentos diversos e outros procedimentos) e em todos os níveis importantes (testes, pessoas e contexto), (PRIMI, 2010). Assim, é preciso avançar em direção a esse entendimento para que se mantenha confiável e indispensável.

Para Cronbach apud Pasquali, (2001, p.18), “um teste é um procedimento sistemático para observar o comportamento e descrevê-lo com a ajuda de escalas numéricas ou categorias fixas”.

Segundo Alchieri e Cruz (2003, p. 59), “os instrumentos psicométricos estão basicamente fundamentados em valores estatísticos que indicam sua sensibilidade, sua precisão e validade”, ou seja, adaptabilidade do teste ao grupo examinado, fidedignidade nos valores quanto à confiabilidade e estabilidade dos resultados e segurança de que o teste mede o que se deseja medir. Na elaboração deste documento o profissional deve adotar como princípios norteadores as técnicas da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão.

Em outras palavras, um teste psicológico é fundamentalmente uma mensuração objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento, uma verificação ou projeção futura dos potenciais do sujeito. O parâmetro fundamental da medida psicométrica são as escalas, os testes, é a demonstração da adequação da representação, isto é, um contexto entre a ordenação dos procedimentos empíricos e teóricos. Enfim, explicita que a operacionalização dos comportamentos (itens), corresponda ao traço latente observado com respaldo de uma teoria psicológica.

Os instrumentos técnicos, a exemplo dos testes psicológicos representam a única área de atuação que é privativa dos psicólogos (HUTZ & BANDEIRA, 2003). É importante ressaltar, ainda, que a utilização dos testes psicológicos é permitida, por lei, somente a psicólogos, pois requer conhecimentos e habilidades pertinentes à formação destes profissionais que obedecem a regras como Padronização na Aplicação dos Testes, Administração Específica durante a Aplicação. Assim, deve seguir a risca as instruções e recomendações que explicitam os seus manuais. Sem, entretanto, como dizem Alchieri & Cruz (2003), assumir uma postura estereotipada e rígida. Portanto, alguns aspectos são imprescindíveis para a real qualidade dessa atividade: qualidade do ambiente físico; qualidade do ambiente psicológico; ética profissional, condições técnicas do profissional; material de avaliação. Desse modo, o Conselho Federal de Psicologia alerta a sociedade para os riscos decorrentes do emprego desses instrumentos por profissionais que não estejam habilitados e credenciados para esse fim.

Para Primi (2010), a avaliação psicológica em geral, e, em particular, considera o desenvolvimento de instrumentos, representando assim, uma área central da ciência psicológica porque permite a objetivação e operacionalização de teorias psicológicas eficazes. Como foi corroborada na Teoria psicológica e com o teste utilizado para avaliação do perfil esperado de um candidato a aquisição e/ou porte de arma de fogo.

Para um plano de avaliação é necessário conhecer o perfil de competências necessárias, conhecimentos, habilidades e atitudes - onde serão apresentados os instrumentos que serão utilizados para diagnóstico/prognóstico final, na primeira entrevista ocorrerão: observações do comportamento, expressão verbal, higiene, entre outros; também se inicia uma anamnese, para investigar dados pessoais, saúde, família, situação econômica, vida social, percepção de si mesmo, trabalho, entre outros. Em outra sessão, se necessário, inicia o processo de testagem. É muito importante discriminar a sequência em que serão aplicados os testes para avaliação, pois segundo Ocampo (1981) é importante observar a questão da

mobilização ou não da ansiedade na distribuição sequencial das técnicas, recomendando prioridade para instrumentos não ansiogênicos.

Após algumas técnicas e sua utilização, os testes habitualmente mais utilizados são: Atenção, Personalidade, Inteligência onde será feito o levantamento, análise, interpretação e integração dos dados para tal diagnóstico. Aqui temos muitas informações do indivíduo, independente das informações dos testes. Quanto aos testes podemos falar em termos quantitativos, devem se atribuir escores para suas respostas onde tem sua padronização e regras que devem ser obedecidas. Já os qualitativos podem ser corroborados com outros dados coletados para se ter uma compreensão dinâmica do paciente. Relato aqui alguns testes, geralmente, utilizados para Avaliação Psicológica.

Portanto, este será comparado a pessoas de sua idade e escolaridade, verifica-se se atinge escore mediano ou superior a média. Nos testes de **Inteligência Geral – R1** – criado em 1973, por Rynaldo de Oliveira, publicado pela Vetor Editora. Verifica a capacidade de raciocínio lógico, ou seja, avalia se o sujeito revela boa capacidade em determinar resolução de problemas, também capacidade de abstração e verifica a adaptação do indivíduo a novos problemas. **Atenção Concentrada – AC** – criado em 1967, pelo psicólogo Suzy Cambraia. Publicado pela Vetor Editora que tem como objetivo verificar a capacidade de concentrar-se na realização de uma tarefa, mantendo alto nível de atenção, ou seja, avalia se o sujeito é capaz de se concentrar sobre o estímulo que se solicita ou revela sua incapacidade de fixar a atenção para um determinado fim.

Quanto aos traços de personalidade, indicados no **Palográfico** – criado em 1960, pelo psicólogo Salvador Escala Milar do Instituto Psicotécnico de Barcelona, publicado pela Vetor Editora e desenvolvido e divulgado por Agostinho Minicucci. O teste é utilizado nos dias de hoje para avaliação da personalidade através de técnica projetiva com expressão gráfica. A folha, ou seja, o espaço gráfico refere-se ao mundo no qual o indivíduo, através de seus traçados, se coloca efetivamente, com suas necessidades e aspirações, ética, atitude ativa, agressividade, dinamismo físico e mental, extroversão, introversão, impulsividade, insegurança, entre outras características que lhe são peculiares.

De acordo com Navarro (1996), ao citar Reich, “a questão social básica é o funcionamento vivo de cada membro na sociedade. Assim, há uma necessidade real em fazer um paralelo entre Indivíduo, Trabalho e Sociedade”.

DEFININDO LAUDO

Para Alchieri e Cruz (2003), esse documento deve ser conclusivo e se restringir a informações estritamente necessárias à solicitação (objetivo da avaliação), com a intenção de preservar a privacidade do examinando. Portanto, é um documento conciso, minucioso e abrangente, que busca relatar, analisar e integrar os dados colhidos e também tem o objetivo de apresentar um diagnóstico e/ou prognóstico, para legitimar ações, decisões ou encaminhamento.

Ainda para Alchieri e Cruz (2003), em sua estrutura o laudo deverá conter os seguintes itens: **identificação** (nome, sexo, estado civil, escolaridade, idade, profissão, etc); **Descrição da demanda** (problemáticas apresentadas, queixas, ações, decisões ou encaminhamento); **Métodos e técnicas utilizadas** (descrição dos recursos utilizados, testes, entrevistas, observações, etc.); Conclusão (síntese do diagnóstico).

A palavra laudo (laudis) é originária do idioma latino e significa mérito, valor, glória. Não é um documento exclusivo da área da psicologia, pode ser jurídico, pericial, pedagógico, entre outros.

Conclui-se este instrumento com um diagnóstico de apto, inapto ou inapto temporariamente, é um juízo feito pelo psicólogo para verificar se preenche os critérios do perfil exigido para aquisição e ou porte de arma de fogo.

Com isso, entende-se a partir dos dados expostos que realizar testes, para garantir uma boa avaliação psicológica não vem a ser uma tarefa fácil e considerando tais aspectos, cabe apenas ao profissional de Psicologia essa atividade, tendo em vista a sua formação e estudos voltados para essa compreensão.

NORMAS PARA O CUMPRIMENTO CONCERNENTES À POSSE, AO PORTE E À COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO E SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ARMAS – SINARM.

Com o aumento da violência no Brasil e no mundo por porte de armas de fogo por pessoas não credenciadas, consequentemente não autorizadas a usar, atualmente essa concessão fica a cargo da Polícia Federal mediante critérios estabelecidos previamente.

A Polícia Federal junto ao Conselho Regional de Psicologia – CRP - credenciou uma Comissão de Especialistas em Avaliação Psicológica no Brasil, um psicólogo efetivo da Polícia Federal visita a sala onde vai ocorrer o atendimento, está será única na clínica autorizada para o atendimento, só haverá mudança de espaço físico após comunicado por documento escrito solicitando autorização do chefe do SINARM com cópia ao profissional

que fiscalizou, também analisa e identifica os testes que atendem aos requisitos mínimos estabelecidos para seu uso, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população. Sendo assim, os testes psicológicos utilizados pelos psicólogos são aqueles aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP e que possuem plenas condições de uso.¹

O processo se inicia a partir de um encaminhamento da Polícia Federal. O candidato através de site do Departamento de Polícia Federal encontra os contatos dos psicólogos credenciados, marcará entrevista inicial, para formalizar os termos do contrato: local do atendimento, data, horário, honorários, forma de pagamento, números de sessões, esclarecimento de possíveis dúvidas.

Para uma pessoa física adquirir uma arma de fogo de uso permitido o cidadão deve dirigir-se a uma unidade da Polícia Federal munido de requerimento preenchido, além de apresentar os seguintes documentos e condições: ter idade mínima de 25 anos, exceto para os cargos definidos no artigo 28 da Lei 10.826/03; cópias autenticadas ou originais e cópia do RG, CPF e comprovante de residência; declaração escrita da efetiva necessidade, expondo fatos e circunstâncias que justifiquem o pedido; comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita; comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e 1 (uma) foto 3x4 recente.

Os Policiais, os Magistrados e membros do Ministério Público e os Agentes Penitenciários e Guardas Municipais podem adquirir uma arma de fogo de uso permitido, mas para isso devem dirigir-se a uma unidade da Polícia Federal munido com os mesmos documentos acima citados. No entanto, quando se trata da aquisição de uma arma de fogo de uso restrito o Policial deverá observar os regulamentos editados pelo Comando do Exército.² Os Auditores da Receita Federal, Auditores Fiscais do Trabalho, Auditores Fiscais e Analistas Tributários seguem em geral, a mesma regra para adquirir uma arma de fogo de uso permitido.

¹ Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, concernentes à posse, ao registro, ao porte e à comercialização de armas de fogo e sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, e dá outras providências.

² POLICIAIS FEDERAIS - Portaria nº 020 - D LOG, de 23 de novembro de 2005.
POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS, POLICIAIS CIVIS, MILITARES E BOMBEIROS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - Portaria nº 021 - D LOG, de 23 de novembro de 2005.

Para que possam adquirir uma arma de fogo de uso restrito o Magistrado/membro do Ministério Público deverá observar os regulamentos editados pelo Comando do Exército. Conforme segue a Portaria nº 535, de 1º de outubro de 2002 do Ministério do Exército que autoriza os membros do Ministério Público, da União e dos Estados, e os membros da Magistratura a adquirirem na indústria nacional, para uso próprio, arma de uso restrito.³

Os Agentes Penitenciários e Guardas Municipais devem além da documentação necessária, ter ainda a comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme artigo 36 do Dec. 5.123/04, alterado pelo Dec. 6.146/2007.

Conforme a Portaria nº 447, de 26 de junho de 2008 o Ministério do Exército autoriza a aquisição de armas de uso restrito, para uso próprio, por Integrantes da Carreira da Auditoria, Auditores Fiscais e Técnicos da Receita Federal, diretamente envolvidos no combate e repressão aos crimes de contrabando e descaminho. Este documento com validade de até 5 (cinco) anos, autoriza o cidadão a portar, transportar e trazer consigo uma arma de fogo, de forma discreta, fora das dependências de sua residência ou local de trabalho. Assim, para obter o porte de arma de fogo o cidadão deve dirigir-se a uma unidade da Polícia Federal com a mesma documentação citada acima para outros cargos. Acrescentando a apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

Considera-se importante alguns requisitos, a saber, o comprovante de capacidade técnica (Instrutores de Armamento e Tiro) e de aptidão psicológica (Psicólogos) para o manuseio de arma de fogo que deve ser fornecido por profissional credenciado pela Polícia Federal. Também é preciso a taxa de expedição de Porte Federal de Arma de Fogo que somente deverá ser paga após o deferimento da autorização pela Polícia Federal.

Percebe-se que não há facilidade para se conseguir portar arma de fogo, mas que temos visto constantemente na mídia um crescimento do mercado ilícito de armas por pessoas

³PORTARIA Nº 021 - D LOG, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002 - Aprova as Normas Reguladoras da Aquisição, Venda, Registro, Cadastro e Transferência de Propriedade da Pistola Calibre 40, pelos membros da Magistratura e do Ministério Público, da União e dos Estados, e dá outras providências.

não habilitadas tornando o uso das armas perigoso e contribuindo assim, para o aumento da violência no país.

A autorização de porte de arma de fogo perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

O titular de porte de arma de fogo para defesa pessoal não poderá conduzi-la ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais na qual haja aglomeração de pessoas em virtude de eventos de qualquer natureza.

Por fim, é preciso esclarecer que o Porte de Arma de Fogo é pessoal, intransferível e revogável a qualquer tempo, sendo válido apenas com relação à arma nele especificada e com a apresentação do documento de identificação do portador.

ESTUDANDO A VIOLÊNCIA NO BRASIL

O estudo da violência vem despertando o interesse de toda a sociedade face ao crescimento assustador e ao medo que vem proporcionando a todas as camadas sociais. Com frequência, próximos a nós encontramos vítimas ou agentes dessa violência assustadora o que nos faz refletir sobre suas causas e possíveis consequências, pois esse já não é apenas um problema de uma camada social mais popular, atualmente temos percebido que acontece em todas as camadas da sociedade. E afinal, como a violência se manifesta?

Navarro (1996), cita que:

O homem está perdendo progressivamente a percepção real, ou seja, social, do próprio corpo e das necessidades a ele ligadas, identificando-se sempre mais com seu papel, e tenta adequar-se aos ritmos deste papel, em vez de aos ritmos biológicos ligados a sua biografia (que deveria ser natural) isto é, à sua história. Uma vez que são as massas que determinam o individual, segue-se que as informações distorcidas incidem sobre a formação, e esta se expressa em emoções substitutas ou substitutivas, determinando, em relação à classe e à cultura dominante, estruturas sociais e caracteriais dominantes, que constituem aquela que é considerada normalidade. E hoje, em vez de viver, o homem ainda procura sobreviver, mas, infelizmente, não pela potência, que é baseada em “humanidade”, “humildade” e “humor”, mas pelo poder (NAVARRO, 1996, p.8).

Sabemos que a violência no mundo atingiu índices incalculáveis e inaceitáveis, uma das maiores dificuldades em acabar com esse mal é a diversidade e grandeza de suas causas. É notório que existe um ciclo vicioso: Condição econômica do país > Desigualdade social > Crimes > Violência > Polícia ineficiente > Corrupção. Será que se resolvermos esses problemas diminuiremos a violência brasileira?

Despertamos para este problema quando pudemos compreender e vivenciar a importância do profissional de Psicologia na atuação em vigor, após a constatação feita pelas Nações Unidas de que o Brasil ocupa o primeiro lugar em termos de homicídios praticados por armas de fogo, como vimos mais recente à guerra no Rio de Janeiro.

Somada a isto, a visita do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à Inglaterra, que desde 1997 proíbe a posse de armas de fogo pelos cidadãos, os incidentes envolvendo crianças e adolescentes que atiraram em colegas e professores, em nossas escolas, também no mundo, reabrem o debate sobre a contribuição das armas de fogo para a violência.

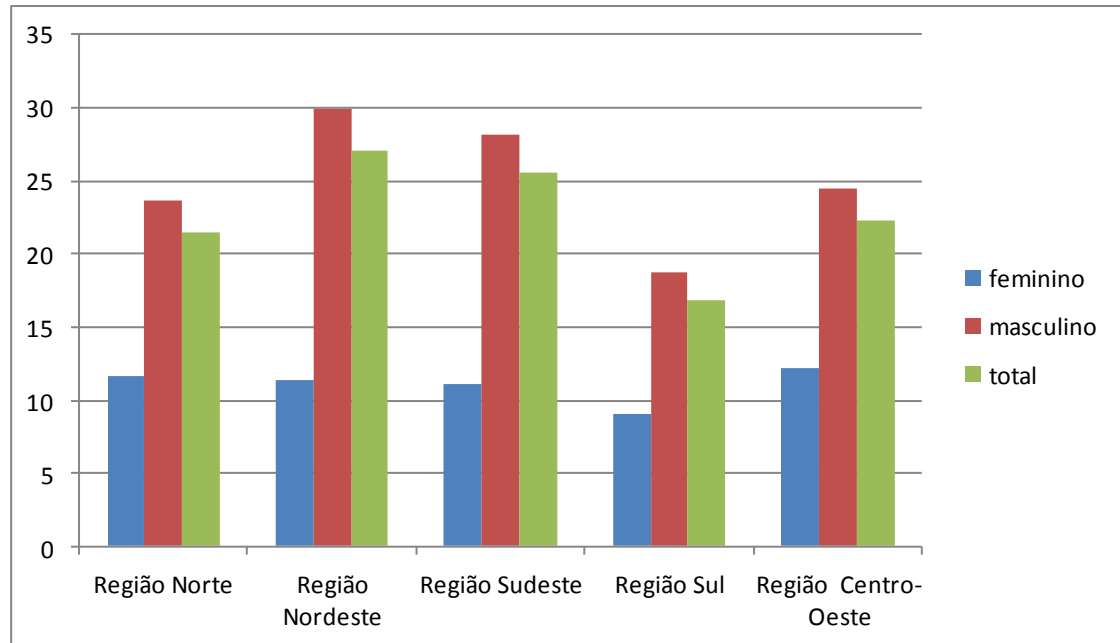
Por iniciativa do Governo Federal brasileiro, o Congresso Nacional discutiu um projeto de lei versando sobre a proibição de venda e posse de armas de fogo no país. A proposta foi debatida também pela sociedade e pelos meios de comunicação, provocando reações intensas entre os contendores, que polemizam sobre seus efeitos práticos e legais.

Com isso, houve um plebiscito em 2005, cujo texto dizia: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Os eleitores puderam optar pela resposta "sim" ou "não", pelo voto em branco ou pelo voto nulo. O resultado final foi de 59.109.265 votos rejeitando a proposta (63,94%), enquanto 33.333.045 votaram pelo "sim" (36,06%) (BRASIL, 2009).

A partir daí, criou-se no Brasil, o Estatuto do Desarmamento que é uma Lei Federal que entrou em vigor no dia seguinte à sanção do Presidente da República. Trata-se da Lei 10826 de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo decreto 5123 de 1º de julho de 2004 e publicada no Diário Oficial da União em dois de julho de 2004, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

Dessa forma, muitas pesquisas e dados estatísticos são invocados para ilustrar os argumentos contra ou a favor da medida. Não é preciso dizer que estas pesquisas e dados são muitas vezes, distorcidos em favor dos argumentos que se procura provar e quase sempre são omitidas as fontes e a metodologia com que foram obtidos.

GRÁFICO 1 - VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO NO BRASIL

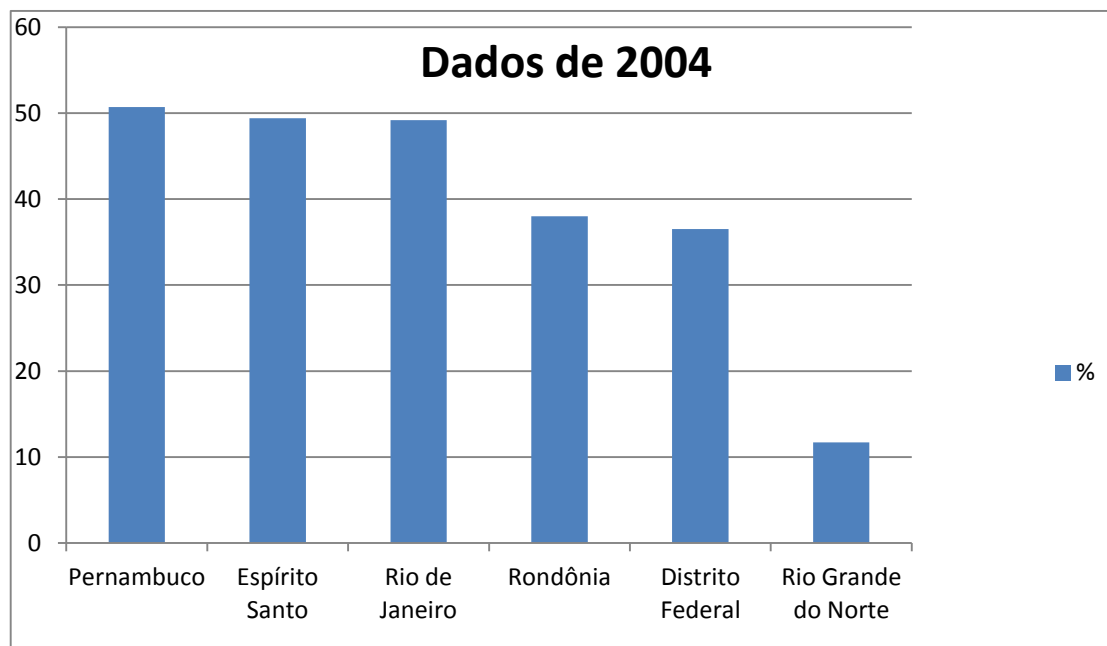


Fonte: Peres, M. F. T. Violência por armas de fogo no Brasil, Universidade de São Paulo, 2004.

Percebemos no gráfico acima a expressiva violência na Região Nordeste do Brasil, constituindo-se em um grave problema para o Brasil, tendo em vista a alta incidência nas demais regiões.

O gráfico abaixo nos apresenta dados relativos aos cinco estados brasileiros com maior incidência de mortes por armas de fogo, cujos índices são bastante elevados. Destacamos ainda, o índice relativo ao Rio Grande do Norte por morarmos aqui.

GRÁFICO 2 - ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE ÓBITOS POR ARMAS DE FOGO NO BRASIL



Fonte: Waiselfisz, J. J. Mapa da violência dos municípios brasileiros. Brasília, 2007.

O professor J. Fauri (2011) da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul coloca de maneira eficiente que “a violência não é um problema policial, é um problema de comunidade”. Afinal, ela nasce e cresce dentro da comunidade. A comunidade é formada por famílias, logo, ela nasce e cresce dentro da família. Enquanto não houver um planejamento familiar adequado, com um controle de natalidade planejado, será muito difícil diminuir a violência. Ela se inicia dentro da família, ou seja, muitas vezes, com a agressão de pais contra filhos e vice-versa. A polícia comunitária pode ajudar as famílias e a comunidade, mas nunca será quem vai eliminar a violência. A punição dos pais, responsáveis por menores infratores deveria ser algo a ser pensado e a responsabilidade desses pais deve ser cobrada pela sociedade.

Ainda para J. Fauri (2011) atribui-se à imperícia, imprudência ou negligência o título de "**acidente**". Acidente com arma de fogo fatalmente cairá num desses três itens. Mesmo com armas muito antigas, sem os sistemas de segurança das armas modernas, não se pode dizer que houve um disparo acidental. Se o portador sabia que a arma era antiga e não possuía sistemas de segurança, incorreu numa **imprudência** ao portá-la. Se não conhecia a arma, incorreu numa **imperícia** (por não conhecer).

Quando crianças pegam armas, os pais foram **negligentes** quanto à guarda da arma. Nenhuma arma dispara por vontade própria. Os colecionadores possuem modelos de armas muito antigas, algumas com mais de um século de existência, mas, no entanto, não ouvimos

dizer que as armas de colecionadores estão produzindo "**acidentes**". Nesse aspecto, vemos que os antiarmas atribuem toda a culpa às armas, desconsiderando quem as usa atribuem toda a culpa às armas, desconsiderando quem as usa.

Segundo Patterson (1998) ao citar Vermeiren (2003) afirma que,

... no decorrer das interações, a criança e os outros membros da família vão gradualmente escalando na intensidade e na amplitude dos comportamentos coercitivos. Dessa forma, os comportamentos anti-sociais⁴ que ocorrem na infância são protótipos de comportamentos delinquentes que poderão acontecer mais tarde. A delinquência, então, é um elemento de um amplo padrão anti-social que se inicia na infância e, normalmente, persiste na adolescência e adultez (VEIRMEIREN, 2003, p. 23).

Outro importante fator que pode estimular a criminalidade é a desagregação dos nossos valores morais e sociais e é perceptível que existe um notório declínio dos valores da família. Atualmente já não se percebe respeito pelas tradições, respeito pelos pais, respeito pelos vizinhos, respeito pelas crianças, entre outros. Também podemos afirmar que estamos diante de uma brutal destruição cultural e moral. E consideramos que vários desses fatores são originários na relação familiar.

ÓRGÃOS OFICIAIS DO GOVERNO BRASILEIRO

No Brasil temos o SINARM (Sistema Nacional de Armas), que é um conjunto de órgãos que estão conectados ao Ministério de Justiça que tem como objetivo fiscalizar e controlar a produção e o comércio, além do registro e o cadastramento das armas de fogo, mas esse ainda conta com o apoio da Polícia Federal, que por sua vez, previne e reprime o contrabando de armas de fogo e atua também no policiamento das nossas fronteiras.

O SINARM tem por objetivo de cadastrar todas as armas de fogo em circulação no Brasil, não só as fabricadas aqui, mas também as armas importadas. Este cadastro pode ser feito em qualquer unidade da Polícia Federal. Convém ressaltar que as armas importadas devem ser de calibre autorizado no Brasil.⁵

⁴ Não colocamos a palavra antissocial nas regras da nova ortografia brasileira, devido à referência datar de 1998 e ainda não haver exigência para tal regra.

⁵ Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, concernentes à posse, ao registro, ao porte e à comercialização de armas de fogo e sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, e dá outras providências.

NOTÍCIAS VEICULADAS NA MÍDIA

Recentemente jornais de todo país notificam notícias como esta da Tribuna do Norte de Natal (2009): em que o soldado da Polícia Militar F. R. C., 28 anos, foi vítima, de um disparo acidental por S. seu colega de trabalho.

Outra situação, também relatada pela Tribuna do Norte (2006) foi a do sargento C. G. F.⁶, com 36 anos, também residente em Natal/RN, foi vítima de tiro disparado pelo colega de farda, o soldado D. F. O disparo ocorreu quando o soldado ao tirar o cinturão à arma caiu do coldre e a arma disparou acidentalmente, atingindo o sargento pelas costas.

Este tipo de notícia é lida ou ouvida com frequência nos jornais, rádios e televisões de todo o país, pois muitos contam as histórias mais incríveis sobre disparos acidentais. Existe uma tendência do homem em responsabilizar os objetos por seus erros.

Podemos citar outro exemplo bastante corriqueiro, o carro desgovernou porque um cachorro passou na frente, jamais porque o motorista estava em alta velocidade ou sob o efeito de bebida alcoólica.

Diante desses fatos percebe-se como o ser humano acaba responsabilizando os outros ou mesmo objetos pelos seus erros, ou ainda a fatalidade atribuída a “acidentes”, esquecendo que quem porta uma arma de fogo deve se responsabilizar por seus atos.

TAXAS DE HOMÍCIDIOS

O Brasil é não só um dos países que tem uma das maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes como também, é o país com a maior proporção de homicídios cometidos com armas de fogo. Em um estudo preparado pelas Nações Unidas abrangendo 69 países desenvolvidos e subdesenvolvidos, constatou-se que nada menos que 88,39% dos homicídios brasileiros são cometidos com armas de fogo, o campeão entre todos os países pesquisados: dentro de um universo de cerca de 50.000 homicídios perpetrados em 1996, 45.000 o foram com armas. (BRASIL, 2009).

Esta mesma pesquisa apontou que 90% dos roubos praticados no Brasil o são com a utilização de armas de fogo (225.000, num universo de 250.000 roubos e furtos em 1996). Esta proporção faria do Brasil um dos países com maior proporção de roubos com armas de fogo, entre os 69 pesquisados. Lembre-se, todavia que estamos falando dos roubos notificados

e que existe uma tendência de notificação maior dos crimes mais sérios, como os cometidos com armas de fogo. Isto pode explicar as diferenças entre as taxas oficiais e as encontradas nas pesquisas de vitimização.

Temos um perfil das vítimas e dos autores dos homicídios no Brasil que levantou como dados que as maiores vítimas das armas de fogo são os homens, jovens e pobres, moradores da periferia. O citado anuário do DHPP⁷ aponta que 93% das vítimas de homicídio por autoria desconhecida em São Paulo eram do sexo masculino (4471 dos 5145 mortos). A maior parte destas mortes esteve concentrada nas faixas entre 18 e 26 anos de idade (42%). Estes dados são bastante conhecidos de modo que não é preciso repisá-los aqui (BRASIL, 2009). O ponto intrigante é o seguinte: se for verdade que o uso de armas pelo cidadão comum tende a se voltar contra ele ou membros de sua família e, por outro lado, se também é verdade que são as classes mais abastadas as que proporcionalmente mais tem armas (quase 20% dos entrevistados com rendas superiores), como explicar este perfil das vítimas de homicídio? Não deveríamos esperar uma proporção maior de indivíduos de outras faixas etárias, classe social e gênero entre as vítimas de homicídio?

Esta aparente contradição entre perfil dos proprietários e perfil das vítimas só pode ser compreendida se lembrarmos dois pontos consideráveis: primeiro que este perfil esboçado pela pesquisa de vitimização diz respeito aos proprietários das armas legais. As armas ilegais, por outro lado, como corroboram as apreensões feitas pela polícia encontram-se em grande parte, precisamente, nas mãos de homens, jovens e pobres, moradores de periferia. Em segundo lugar, é preciso também ressaltar novamente a questão do contexto: não é a mera quantidade de armas, por si, que provoca a violência, mas sim a existência de armas num contexto violento.

Com isso, mesmo que existam mais armas entre os mais ricos, eles não precisam ser necessariamente as vítimas preferenciais da violência. Armas, assim como bebidas ou drogas, são fatores criminógenos, que podem ou não contribuir para a eclosão da violência. Quanto mais violenta for à sociedade em questão, maior o dano potencial destes fatores. Assim, questiono: As armas de fogo detêm o crime ou tornam a violência com armas mais provável?

As pessoas comprem armas, com a finalidade principal de se proteger e se prevenir contra crimes. Não é certo, contudo se a posse de arma cumpre com esta finalidade ou se, ao contrário, torna a violência mais provável. É preciso distinguir em primeiro lugar, de qual violência estamos falando.

Os Estados Unidos, aliás, diferem da Europa com relação a este aspecto, no qual é muito maior a proporção de homicídios entre conhecidos. Isto significa que é preciso ser cuidadoso com o uso de dados norte-americanos ou outros que sugerem reduzido efeito do controle de armas nos crimes violentos, simplesmente porque o perfil dos assassinatos e de outros crimes é diferente de país para país, ainda no imenso Brasil de região para região. Além disso, como vimos, a porcentagem de homicídios cometidos com armas de fogo varia conforme o país: nos Estados Unidos - para ilustrar novamente as diferenças e o perigo de "importar" pesquisas sem atentar para o contexto - 66,1% dos homicídios (13000 em 19645) foram cometidos com armas de fogo, enquanto esta proporção no Brasil é superior a 88%. Ainda segundo o citado anuário do DHPP

Mesmo nos Estados Unidos, todavia, estudos sugerem que a existência de armas de fogo em casa aumenta a probabilidade de violência letal. Conforme Barkan (1997), muitos estudos feitos nos EUA encontraram uma correlação, ainda que pequena, entre disponibilidade de armas e homicídios. No Brasil, encontramos esta relação entre taxa de homicídios por arma de fogo por 100 mil e número de armas vendidas por 100 mil para o ano de 1998 ($r = 40$), mas não encontramos esta correlação quando correlacionamos com os dados de vendas de 1997. Com países em desenvolvimento, a correlação foi corroborada (taxa geral de disponibilidade de armas nas residências X % de homicídios cometidos com armas de fogo: $r = 0.46$). Killias (1993), também encontrou uma correlação significativa entre porcentagem de casas com armas de fogo e porcentagem de homicídios por 1 milhão de habitantes cometidos com armas de fogo, analisando os dados de 16 países desenvolvidos ($r = 0.47$).

Há um grande impasse no Brasil, o desarmamento foi para minimizar a violência ou para aumentá-la. Maquiavel em 1532 nos disse que:

As principais fundações de todo estado, estados novos assim como os antigos ou compostos, são boas leis e boas armas; e porque você não pode ter boas leis sem boas armas, e aonde há boas armas, boas leis inevitavelmente seguem, eu não deverei discutir leis mas sim dar minha atenção às armas. (MAQUIAVEL, 2005, p. 77).

3 CONCLUSÃO

O tema relatado nesse artigo foi pensado a partir de aspectos relacionados com a experiência profissional da autora na aplicação de testes e técnicas em avaliação psicológica para vigilantes em formação/reciclagem e na prestação de serviço na aquisição e/ou porte de armas de fogo para Polícia Federal. Percebeu-se a necessidade de investigar minuciosamente o assunto, como também a necessidade para um futuro estudo aprofundado na área de segurança pública e pessoal pelas circunstâncias do mundo atual, e ainda, avaliar com um olhar técnico na sociedade quanto à guerra que assistimos nos noticiários todos os dias ao acompanhar as notícias, em especial no Rio de Janeiro/Brasil e em outras cidades em que a violência vem aumentando consideravelmente.

Entende-se que o uso das armas de fogo no Brasil em mãos de pessoas erradas, a grande maioria sem cadastramento em órgãos oficiais, contribui demasiadamente para o aumento da violência. A posse da arma tem por pressuposto apenas a sua posse, mas sabemos que seu registro nem sempre é feito, assim, há ainda muitas armas sem registro no nosso país.

Verifica-se com estudos realizados, o avanço da violência no Brasil como algo bastante significativo, compreende-se que não são os meios (armas) que geram a violência em nosso país, que esta é gerada na desordem do núcleo familiar, inserida no meio em que se vive e em condições (políticas) que nos são expostas desde a nossa infância.

É preciso ainda, levar em consideração que o comportamento considerado violento ocorre dentro de um contexto social e econômico mais amplo. Sendo assim, além de intervenções pontuais, é preciso políticas favoráveis nos aspectos familiares, educacionais e sociais, tentando atuar pontualmente como minimizador de problemas.

Compreende-se que uma das funções principais do psicólogo, do médico, educador, dos pais, do político, da igreja é a educação, portanto, essa é o foco principal na boa formação de famílias ajustadas que poderá assim passar reais valores, costumes e crenças e essas aprendizagens sólidas e exclusivas são estruturantes da personalidade e fundamentais para a aquisição de outros saberes mais profundos. É preciso citar que o meio social tem um fator preponderante no desenvolvimento do ser humano e que as aprendizagens acontecem durante toda a vida.

Afinal, o sabemos é que desde nossa educação primeira, esta implícito em nosso desenvolvimento que nossa sociedade é constituída de corrupção, desemprego, baixa renda, subnutrição, falta de habitação digna, ignorância, escolas sem estruturas e com professores mal remunerados e muitos ainda sem qualificação adequada, insegurança, descaso das

autoridades, falta de atendimento hospitalar, impunidade, falta de valores morais, aumento populacional desenfreado, fome, falta de perspectiva de um futuro melhor, desrespeito a todos os valores, juventude abandonada e intoxicada por comerciais, novelas e programas de televisão (onde tudo é possível), drogas, bebidas (vendida a crianças e adolescentes), portanto, é sabido que nunca eliminar a violência sem corrigir estas causas.

Mas, talvez, seja mais fácil falar dos meios do que das causas, talvez os meios produzam um efeito político imediato e, assim deixamos o problema aumentar e transferimos para os próximos governantes a busca da solução definitiva.

Muito se tem falado sobre desarmamento, mas poucos lembram, contudo, que as armas sempre existiram. Os homens usavam suas armas naturais como defesa (garras e dentes).

Mas hoje parece que tudo o que acontece ou que as causas da violência residem nas armas, quando na verdade, a crônica das notícias policiais mostram que a violência pode ocorrer de qualquer modo e que a sensação de impunidade estimula esta violência.

É possível afirmar que não é o meio (armas, álcool, automóveis, drogas, etc.) a causa da violência, mas o homem. Sim, a causa da violência somos nós mesmos. Enquanto não nos convenceremos disso e ficarmos identificando hipocritamente falsos culpados não estaremos enfrentando o problema com honestidade.

Pretende-se demonstrar com este trabalho a importância de aliar teoria e prática, pois o profissional da área da Psicologia não pode prescindir da investigação, da pesquisa e da análise social. É necessário entender também, que o Psicólogo deve ter uma visão expandida visando novas possibilidades, com uma compreensão mais informada e mais complexa dos fenômenos sociais e humanos. Afinal, o Psicólogo deve atuar conseguindo pensar complexamente, refletindo sobre o seu papel e o dos outros na sociedade, para que o seu trabalho seja eficaz e significativo.

Compreende-se, que avaliar psicologicamente, quem pode ou não portar arma de fogo, vem a ser um trabalho considerado difícil, sendo necessário considerar vários aspectos referentes ao contexto que está inserido a pessoa que deseja portá-la. Diante disso, entende-se que avaliar psicologicamente quem pode adquirir/portar arma de fogo deve ter uma personalidade bem estruturada, equilíbrio emocional, coerência nas suas ações.

Assim, este estudo revelou que para usar arma de fogo é preciso muita responsabilidade, perícia e prudência, por isso cabe a um profissional habilitado. Com isso, o profissional de Psicologia embasado nos estudos durante a sua graduação, cursos, pós-

graduação, com supervisão adequada e pela prática utilizada do decorrer de seu processo existencial, acima de tudo, com ética vem a ser o profissional credenciado, habilitado para esse fim e fazer uma avaliação psicológica segura e eficiente.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, J C Noronha, A. P. P. & Primi, R. Guia de Referência: **Testes psicológicos comercializados no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BARKAN, Steven. **Criminology - a sociological understanding**. Prentice Hall, New Jersey, 1997.

BRASIL, **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH – Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF**. 2009.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <www.justicaeleitoral.com.br>. Acesso: 13/02/2011.

CAMBRAIA, S. V. **Teste AC Manual** 4ª Ed. São Paulo: Vetor, 2009.

CFP, Conselho Federal de Psicologia **Resolução CFP N.º 007/2003** Manual de Elaboração de documentos psicológicos, Brasília: CFP, 2003.

CUNHA, Jurema Alcides e col. **Psicodiagnóstico-R** 4ª Ed. ver. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FAURI, J. **Empresa Taurus**. Disponível em: <<http://www.taurus.com.br/news/8-edicao/fauri.htm>> Acesso: 05/05/2011.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R. **Avaliação psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro**. In: YAMAMOTO, M. A. H.; GOUVEIA, V. V. (Org.). Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

KILLIAS, Martin. "**Gun ownership, suicide and homicide: in international perspective**". In: Del Frate, ANNA Alvazzi; Zvekic, Ugljesa e Van Dijk, Jan. Understanding Crime - Experiences of Crime and Crime Control. United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute . Publication nº 49, Roma, 1993.

LIMA, J, **Apostila do curso: Psicodiagnóstico Miocinético -PMK**, Natal: Unitalentos, 2008.

MAQUIAVAL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

MINICUCCI, Agostinho **Teste Palográfico: Manual** 2º Ed. São Paulo: Vetor. 1991.

MIRA, A. M. G. **PMK: Psicodiagnóstico Miocinético** Vol. 1 4ª Ed. rev. São Paulo: Vetor, 2009.

MIRA, A. M. G. **PMK: Psicodiagnóstico Miocinético** Vol. 2 4ª Ed. rev. São Paulo: Vetor, 2009.

NAVARRO, F. **Caracteriologia Pós-reichiana**. São Paulo: Summus, 1995.

NAVARRO, F. A. **Somatopsicodinâmica**. São Paulo: Summus, 1995.

NAVARRO, F. **Somatopsicopatologia**. São Paulo: Summus, 1996.

NAVARRO, F. **Metodologia da Vegetoterapia Caractero-Analítica**. São Paulo: Summus, 1996.

OCAMPO, M. L. S., Arzeno, M. E. G., Piccolo, E. C. et al, **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PATTERSON, G. **Coercion as a basis for early age of onset for arrest**. Em J. McCord (Ed.), *Coercion and punishment in long-term perspectives* (pp. 81-105). Cambridge: University Press, 1998.

PRIMI, R., & Nunes, C. H. S. S. **O SATEPSI: propostas de aprimoramento**. Em Conselho Federal de Psicologia – CFP (Org.), *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (pp. 129-148). Brasília: CFP, 2010.

PEREIRA, A. L. S., **Apostila do curso: Psicodiagnóstico Miocinético - PMK**, Natal, 2004.

PRIMI, Ricardo. **Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 26, n. spe, 2003.

REGULAMENTAÇÃO DE ARMAS DE FOGO NAS AMÉRICAS. *Revista do Ilanud* nº 11. São Paulo, 1998.

VOLPI, J.H. VOLPI, S.M. **Reich: da vegetoterapia à descoberta da energia orgone.**
Curitiba: Centro Reichiano, 2003.

TRIBUNA DO NORTE. Natal (RN), 25 de maio de 2006. Disponível em:
<<http://www.tribunadonorte.com.br/notícia/sargento1>>-.acesso: 05/05/2011.

TRIBUNA DO NORTE. Natal (RN), 28 de março de 2009. Disponível em:
<http://www.tribunadonorte.com.br/notícia/policial>>-.Acesso: 05/05/2011.